

OS CORPOS QUE (NÃO) IMPORTAM NO MEDIEVO: BREVES REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS¹

Cassiano Celestino de Jesus
Graduado em História pela UFS
Integrante do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades
Senhoriais (CNPq-UFS)
E-mail: cassianohistoria@gmail.com

Resumo: Na Idade Média, vários são os corpos que não importam. Diversos são os indivíduos classificados como abjetos, a quem se nega até mesmo o direito de viver. Neste período, é totalmente proibido e punido todas as práticas sexuais consideradas ilícitas e pecaminosas. A sodomia, classificada como uma transgressão sexual, insere-se dentro deste quadro de sexualidades pecaminosas. Dito isto, objetivamos realizar um debate historiográfico acerca da sodomia, enquanto estilo de masculinidade subalterna, no medievo.

Palavras-chave: Sodomia; Masculinidades; Idade Média.

¹ O título deste artigo faz referência ao livro “*Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex"* (1993), da filósofa Judith Butler. Na obra, a autora discorre sobre a materialidade dos corpos. Das vidas que *importam*, que se *materializam* e obtêm uma legitimidade social.

**THE BODIES THAT (DO NOT) MATTER IN THE MEDIEVAL: BRIEF
HISTORIOGRAPHICAL REFLECTIONS**

Cassiano Celestino de Jesus

Graduado em História pela UFS

Integrante do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades
Senhoriais (CNPq-UFS)

E-mail: cassianohistoria@gmail.com

Abstract: In the Middle Ages, many are the bodies that do not matter. There are several individuals classified as abject, who are denied even the right to live. In this period, all sexual practices considered illegal and sinful are totally prohibited and punished. Sodomy, classified as a sexual transgression, falls within this framework of sinful sexualities. That said, we aim to hold a historiographical debate about sodomy as a subaltern masculinity style in the Middle Ages.

Keywords: Sodomy; Masculinities; Middles Ages.

Quando se trabalha com a proposta do gênero e das chamadas sexualidades desviantes, inicialmente, é necessário ter clareza sobre o significado de sexualidade. Muitos pensam que a sexualidade é algo que todos nós possuímos naturalmente. Seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivem a sexualidade da mesma forma.

No entanto, entender a sexualidade envolve profundamente fatores culturais. Através de processos culturais, definimos o que é, ou não, natural. As concepções que temos a respeito de um determinado assunto é construído socialmente no contexto de uma determinada cultura. A sexualidade não é apenas uma questão pessoal, é social e política. É “aprendida”, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os indivíduos (LOURO, 2000).

Nos últimos séculos a sexualidade tornou-se objeto de estudo das mais diversas áreas do saber científico. Ela vem sendo descrita, compreendida, explicada e educada das mais diversas perspectivas. Multiplicaram-se as instituições que se autorizam a ditar-lhe as normas, padrões e a delimitar os saberes e as práticas adequadas ou infames (LOURO, 2001).

Ao longo da história, várias foram as instituições que deram seus discursos sobre a sexualidade, tais preleções acabaram definindo formas como os indivíduos deveriam se comportar, agir e vivenciar a sua sexualidade. Falas que acabaram definindo modelos padrões de como expressá-la, normas que foram enraizadas em nossa sociedade e que acabaram contribuindo com que todos/as aqueles/as que se desviem destes arquétipos estabelecidos fossem considerados como o diferente que deve ser inferiorizado, sofrendo diversos tipos de preconceitos e discriminações.

Desta forma, tal como foi formulada por Foucault (2005), compreendemos a sexualidade como um dispositivo histórico do poder. O autor afirma que:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 100).

Um dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (MISKOLCI, 2009, p. 154).

Quando se fala em sexualidade no medievo o primeiro postulado que vem as nossas mentes e, que talvez circule no senso comum é a ideia de um período estático e inerte a essas questões. Em muitos casos, o estudo sobre a sexualidade medieval limita-se a encará-la por um viés unicamente punitivo e controlador. Neste artigo, a interpretamos por outra perspectiva, que foge da ideia de uma época de negação da sexualidade. Defendemos, assim como fez a historiadora Bruna Oliveira Mota em sua pesquisa monográfica, “que essas rotulações sobre a Idade Média são designações construídas a *posteriori*” (MOTA, 2015, p. 1).

Ao invés de uma negação da sexualidade e do sexo, houve, no período medieval, o incentivo de falar cada vez mais sobre eles. Para Sheila Romero (2008), a Igreja foi a primeira a incentivar o discurso sobre o sexo quando passou a estimular o aumento das confissões. Assim, segundo a autora:

É possível afirmar que a Idade Média Cristã – dos séculos V, VI e XIII d.C. – produziu uma grande quantidade de discursos referentes ao corpo e à sexualidade por meio do incentivo a confissão como forma de manter, a partir da autoridade espiritual dos clérigos, o controle sobre a vida religiosa e cotidiana do homem e da mulher medieval (ROMERO, 2008, p. 02)

A confissão é vista por Foucault como o mecanismo chave para fazer da população um reprodutor insaciável dos discursos sobre sexo. Ela passou a ser uma das reguladoras das práticas, passou a ser o dispositivo usado para tornar o sexo pecaminoso. As confissões e sanções sobre o sexo se tornaram um meio de “cobrir a nudez” (FOUCAULT, 2005).

Butler (2016), influenciada pelas teorias de Foucault, afirmou que a sexualidade se constitui historicamente a partir de múltiplos discursos sobre o sexo, discursos que instauram saberes, que produzem “verdades”. E ainda, discursos que regulam, que disciplinam e que normalizam.

A Igreja e o papel do sexo na vida Cristã

A Igreja, apropriando-se de vários conceitos herdados de Crisóstomo, Ambrósio, Jerônimo, Agostinho, dentre outros, construiu uma forte argumentação definindo o lugar do sexo na obra divina e o papel das relações sexuais na vida cristã. Se não pode ser totalmente recusada, a sexualização é apresentada com uma consequência da queda do homem no Éden e a marca de sua decadência (ROSSIAUD, 2007, p. 479).

O controle contínuo e excessivo da Igreja sobre as práticas sexuais evidencia o seu desejo exacerbado de exercer sua autoridade acerca de toda a sexualidade dos fiéis, requerendo que todos fossem iguais sob pena de morte. Para Jeffrey Richards (1993, p. 34), a posição da cristandade em relação ao sexo sempre foi negativa. Os pensadores cristãos a encaravam como um mal necessário para a reprodução que acabava afetando a vida espiritual perfeita de qualquer pessoa. O sexo deveria ser usado unicamente para a procriação e nunca para mero prazer. Assim, qualquer prática sexual que não tivesse como objetivo a reprodução era vista como um pecado contra a natureza. A sexualidade humana, quando fora de controle, desafiava as normas estabelecidas.

O sexo, vinculado ao pecado, foi aceito pela doutrina cristã no interior do casamento com o objetivo de procriação e de normatização da sexualidade dos fiéis. As práticas sexuais que fugiam a estas normatizações eram consideradas abomináveis, como é o caso das relações entre pessoas do mesmo sexo, já que não alcançavam o fim principal do sexo, ou seja, a reprodução. As práticas transgressoras eram compreendidas como contra a natureza (*contra natura*). O sexo fora do casamento, a busca do prazer e tudo o que não permitisse a reprodução eram, em suma, as formas como a sexualidade atacavam a moral sexual cristã (SANTOS, 2014; ORTEGA BAÚN, 2011).

Sodomia: o pecado sexual por excelência

Oriundo das Escrituras Sagradas, a sodomia foi, desde o início, considerada uma prática sexual transgressora e pecaminosa. O Antigo Testamento contém reprovações explícitas com relação ao sexo entre pessoas do mesmo gênero. Por exemplo, em Levítico (18:22) diz: “com homem não te deitarás, como se fosse mulher; é abominação”. Por muito

tempo, associou-se a sodomia como qualquer ato “*contra naturam*” (contra natureza), como o coito anal, a masturbação, a *retro canino* (mulher de costas para o homem), a *mulier super virum* (homem embaixo da mulher), dentre outros (VAINFAS, 1986).

A expressão "contra a natureza" referia-se as atividades que violavam a ordem “natural da sexualidade”. Este conceito estóico determinava que o ser humano deveria ser governado pela lei natural. Em termos de sexualidade, isso significava que, como animais que somos, deveríamos se comportar como os demais, isto é, exclusivamente para fins reprodutivos. Os animais não buscam prazer, portanto, os seres humanos também não deveriam fazê-lo; seu objetivo é a reprodução, então, eles deveriam esquecer as relações estéreis, como as homossexuais/sodomíticas (ORTEGA BAÚN, 2011).

De acordo com Ronaldo Vainfas (1986), além de ser uma conduta condenada conforma a época, o conceito de sodomia adquiriu diversas definições em diferentes contextos históricos e culturais. Durante o medievo, a sodomia obteve variados significados. O primeiro grande significado pertencia ao campo da animalidade: sodomitas eram os que cediam para os apelos da carne e que praticavam atos sexuais que fugiam das uniões genitais entre um homem e uma mulher. O segundo significado da sodomia a associava a todos os atos carnavais marcados pelos *desvios da genitalidade*, como o coito anal.

A partir do século XII, a sodomia passou a ser mais visada pela prática judiciária da igreja, foi considerado o mais grave entre “os pecados da carne”, vista como manifestação extremada do desejo e como um desvio radical da natureza. O rigor de sua condenação e seu significado tenderam a mudar radicalmente após esta época, passando a significar cada vez mais o intercuro sexual entre homens e punida violentamente com a mutilação ou a morte (VAINFAS, 1986).

Levando-se em consideração que o único prazer lícito era o que não eliminava as chances de procriação, não faltavam razões morais para a severidade da condenação da sodomia e sua estigmatização. Como afirmou Vainfas (1986, p. 80), “a sodomia extrapolou, assim, o domínio dos atos ilícitos da carne e tornou-se signo de contestação política, infidelidade religiosa e heresia”.

Na Idade Média, a sodomia era vista como um hábito adquirido e como sendo o mais sério pecado sexual. Pecado este que teria causado a destruição de Sodoma e Gomorra. Que teria provocado as fomes, as pestes e todas as catástrofes naturais, porque tinha

perturbado a “ordem natural” dos assuntos sexuais. A sodomia era vista como uma ameaça para o ideário positivo de cristão saudável e heterossexual. O desviante era considerado diretamente ligado a figura do diabo e usado para subverter a ordem “natural” de Deus (RICHARDS, 1993, p. 145).

Sodomia: a masculinidade estigmatizada

No medievo, vários são os corpos que não importam, várias são as vidas classificadas como “abomináveis” e colocadas às margens. Diversos são os indivíduos colocados no campo da abjeção, sob o estigma de menos humano, a quem se nega até mesmo o direito de viver. Para nós, os sodomitas são um dos corpos abjetos e estigmatizados no medievo. Interpretamos a sodomia não somente como uma transgressão sexual ilícita, pecaminosa e “contra a natureza”, mas, também, como uma masculinidade subalterna e/ou desviante.

Entendemos as masculinidades como “configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (CONNELL, 2013, p. 250). As masculinidades² é uma construção histórica e social, “uma identidade de gênero culturalmente determinada e socialmente funcional” (TOLSON, 1983, p. 14). Não existe uma masculinidade “universal”, mas uma diversidade de experiências masculinas em diferentes épocas e sociedades. Dito isto, consideramos a sodomia como um estilo de masculinidade abjeta e estigmatizada.

A abjeção pode ser considerada o lugar social em que se relega aqueles que são considerados perigosos para o bom funcionamento da sociedade, à ordem social e à política. “A abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça a visão homogênea e estável do que é a comunidade” (MISKOLCI, 2012, 24).

² Utilizo o termo masculinidade, no plural, para demonstrar a grande variedade de significados que existem em torno da palavra. A ideia é, assim como fez o historiador Bruno Alvaro (2008) em sua dissertação de mestrado, evidenciar que se trata de um campo cujas abordagens são múltiplas, sem precisões e conceitos definidos. Ao usar o termo no plural, nós reconhecemos que masculinidade significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos.

Em linhas gerais, a abjeção seria a fobia do inominável, que seria anterior à simbolização. É o insignificável, aquele que precede o narcisismo, logo, é inominável. “O abjeto nos confronta [...] a nossas tentativas mais antigas de nos separar da entidade materna antes mesmo de existir fora dela graças à autonomia da linguagem” (KRISTEVA, 1989, p. 20).

O abjeto está ligado a esta fobia, este medo inominável, esta incapacidade de produzir metáforas com os signos que conduzem o fóbico a produzir o medo do inominável. O sujeito abjeto é o inominável, aquele que vive além da norma e das fronteiras do definível e do indefinível. Para Butler (2002), a abjeção se relaciona com “todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como não importante”.

Além de ser abjeta, a sodomia é também colocada sob o estigma de menos humano. A palavra "estigma" representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social. Para Goffman (1993, p. 11), "la sociedad establece los medios para caracterizar a las personas y el complemento de atributos, que se perciben como corrientes y naturales a los miembros de cada una de esas categorías". Assim, os sujeitos que se desviam das normas, daquilo que é estabelecido como correto, natural, são estigmatizados, taxados como um mal que perturba a ordem social e que deve ser eliminado.

Ainda, segundo Goffman (1993, p. 13), o estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como "defeito", "falha" ou desvantagem em relação ao outro; a sodomia, como um estilo desviante de masculinidade, torna-se algo “nocivo”, algo que está fora do parâmetro daquilo que a sociedade medieval toma como padrão.

Parece-nos que durante a Idade Média há apenas um homem completo: aquele que é cristão, heterossexual, que não realiza práticas sexuais tidas como “contra a natureza”, ilícita, pecaminosa. Aquele que é bondoso, viril, e etc. Qualquer homem que não se encaixa em algumas dessas categorias é colocado nas margens, vistos como desprezíveis, e, portanto, subalternos. Este modelo hegemônico de masculinidades conclama homens a seguirem tais adjetivações.³ Todos estão sob o controle de uma

³ É importante destacar que essas adjetivações se referem a apenas um, dentre vários outros, estilo de masculinidade hegemônica. O que queremos dizer é: existem diversos estilos de masculinidades hegemônicas em Castela do século XIII e não apenas um. Queremos destacar a pluralidade de

política do corpo orquestrados pelas monarquias e pela Igreja. Desta forma, mulheres e homens sodomitas serviram como versões de uma identidade de gênero subalterna.

Partimos do princípio de que as masculinidades subalternas, e, no nosso caso em específico, a sodomia, são efeitos do discurso religioso e monárquico, construídos em oposição as masculinidades hegemônicas. Tais discursos (re) criam e mantem as classificações e hierarquizações de gênero que, por sua vez, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares com aquilo que é tido como “natural” e/ou normal.

Fátima Ceccheto (2004, p. 66), afirma que é sobre a emasculação de outros que se constrói um tipo de masculinidade hegemônica. Na medida em que se confere uma masculinidade socialmente valorizada, certos grupos masculinos negam outras versões de homem, transformando-as em desprezíveis. É o que acontece com a sodomia, considerada como desviante daquilo que era idealizado como modelo, acaba colocando-a sob o estigma do menos humano e algo que deveria ser exterminado, não só por ser algo subalterno, mas, por ser um pecado “contra a natureza” que traria a ira divina sobre a terra.

Portanto, as hierarquizações, assimetrias e classificações de gênero contribuem para a consolidação de um modelo de masculinidade a ser seguido. O gênero orienta e normatiza as ações dos sujeitos, regula a produção dos corpos e produzem a ideia de corpos sexuais considerados naturais e pré-discursivos. Ele é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e constituem-se no interior de relações sociais de poder. As relações de Gênero não só instituem o “verdadeiro sexo”, como também atuam no regime de uma heterossexualidade obrigatória (SCOTT, 1999; BUTLER, 2016).

Para finalizar...

É preciso entender que as masculinidades hegemônicas são normativas. Elas incorporam e legitimam formas mais honradas de ser homem e exige que todos os outros homens se posicionem em relação a elas. O ideal hegemônico é construído em oposição a outros estilos de masculinidade desvalorizada. O hegemônico e o subalterno

hegemonias e subalternidades. A ideia é se opor a um conceito universal de masculinidade hegemônica. Estamos cientes que em um mesmo contexto social são produzidos diferentes modelos/estilos de masculinidades, tanto hegemônicas quanto subalternas.

surgem em uma interação mútua, mas, desigual, em uma ordem social dividida em gêneros (CONNELL, 2013; KIMMEL, 1998). Existe uma diversidade de estilos de masculinidades no medievo, a sodomia é um dentre vários, cada um deles corresponde a diferentes inserções dos homens na sociedade que são estabelecidas por meio de relações sociais e de poder.

Referências bibliográficas

ALVARO, Bruno Gonçalves. *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

KRISTEVA, Julia. *Poderes del horror*. México: FCE. 1989.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

_____. “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. *Sociologias*. Porto Alegre, URGs, n. 2, 2009, p. 150-182.

MOTA, Bruna Oliveira. *Sexo, Punição e Poder monárquico: um estudo das Práticas Sexuais em Castela através da análise das Siete Partidas (século XIII)*. Monografia. – CECH (Centro de Educação e Ciências Humanas) Departamento de História (DHI), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Sergipe, 2015.

ORTEGA BAÚN, Ana Estefanía. *Sexo, Pecado, Delito. Castilla de 1200 a 1350*. Madrid: Bubok Publishing, S.L., 2011.

PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, Jan. 2002.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: As minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ROMERO, Sheila Rigante. “O corpo e a renúncia aos prazeres da carne na Idade Média Cristã presentes nos Concílios Ibéricos dos séculos V-VI d.C. e do século XIII d.C”. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 86, 2008.

ROSSIAUD, Jacques. Sexualidade. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: 2º ed. EDUSC, 2006. 2 vols.

SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos. Normatização e Transgressão: imaginários cristãos sobre a sodomia masculina na Península Ibérica nos Séculos XIII e XIV. In: IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder, 2014, Jataí. *Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder*, realizado entre 23 e 25 de setembro de 2014, UFG/Jataí.. Jataí: UFG, 2014. p. 1-12.

TOLSON, Andrew. *Os Limites da Masculinidade*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Editora Ática, 1986.